

Notas e Informações

06 NOV 1990

O que se joga na renegociação

Nossos negociadores retomam hoje seus contatos com os bancos credores estrangeiros para enfrentar difícil discussão em torno da dívida externa. Tudo indica que os bancos credores apresentarão uma contraproposta, enquanto nossa ministra da Economia repete, com certa monotonia, que o Brasil nada alterará na sua proposta. Cumpre assumir plena consciência do que representaria para o País um impasse nessa delicada questão. O entusiasmo suscitado na opinião pública pela proposta brasileira não deve portanto nos afastar de uma posição realista.

O que o Brasil está propondo — exige-se coragem para reconhecê-lo — é uma concordata permanente em que o próprio devedor decida, a cada ano, o que poderá pagar. Os bancos credores já advertiram que não poderão tomá-la por base, o que não quer dizer, porém, que pretendam romper imediatamente, até que possamos oferecer-lhes outra proposta mais digerível, ainda que menos inovadora — o que parece traduzir a única qualidade da solução brasileira.

Tudo indica, repetimos, que o comitê assessor dos bancos credores — em que os novos membros, que tanto insistimos em acrescentar às instituições que durante anos negociaram conosco, parecem na realidade ainda mais duros — apresentará uma contraproposta. Essa incluiria negociação em duas fases: a primeira trataria do curto prazo, isto é, dos juros atrasados, que hoje somam US\$ 8 bilhões, estabelecendo-se na segunda as normas relativas ao longo prazo. No que diz respeito à primeira, é bastante provável que os bancos proponham ao Brasil, que dispõe hoje US\$ 9,5 bilhões em reservas, pagamento de um terço dos juros devidos, ou seja, pouco mais de US\$ 2,3 bilhões, valor que na realidade nos deixaria ainda em confortável situação. Os bancos credores estariam certamente dispostos a capitalizar os juros que restam a pagar ou, quando a legislação não o permita (caso dos Estados Unidos), a fazer novo empréstimo. Trata-se de proposta realista, que nos permitiria normalizar as relações com a comunidade financeira internacional, manter nossas linhas de crédito de curto prazo e evitar que os bancos credores tenham de efetuar no-

vas provisões, o que no médio prazo enfraquece nossa posição.

No que se refere ao longo prazo, os bancos credores estão tão interessados quanto nós em encontrar solução duradoura que evite renegociar a cada ano uma dívida nunca paga. Parecem aceitar o princípio da securitização, o que constitui algo novo. Apenas pretendem discutir pelo menos dois pontos: o prazo dos títulos oferecidos (e certamente nunca aceitarão aquele de 45 anos) e uma definição mais clara da nossa capacidade de pagamento, o que não poderá ser confiado à boa vontade dos próximos governos.

Como se vê, não se trata, ao que sabemos, de uma posição de intransigência, mas de uma base realista de discussões, que deveria satisfazer aos negociadores, que sempre se disseram prontos a discutir os prazos e as condições de pagamento. O governo brasileiro, a partir dessa proposta, pode apresentar ao Senado normas muito interessantes para uma negociação. Talvez se verifique, um tanto tardiamente, que teria sido melhor não apresentar um texto considerado inalterável, quando na realidade o princípio da renegociação é permitir que ambas as partes cedam em algo.

O governo tem argumentos a apresentar ao Senado, que discutiu num plano passional, irracional mesmo, a questão da renegociação. Uma solução para o problema daria ao Brasil a grande tranquilidade que lhe falta hoje, no que diz respeito à situação cambial. Com efeito, tão logo se resolva o problema do curto prazo se poderá ter a certeza de que o diretor-gerente do FMI entenderá bem encaminhada e promissora a renegociação com os bancos, o que criaria condições, conforme afirmou Michel Camdessus, à apresentação de carta de intenção ao seu board, mesmo levando em conta que a evolução da conjuntura dos últimos meses nos obrigaria a rever algumas metas, já sabidamente inatingíveis. Sem dúvida, o board da instituição internacional aceitará nossa proposta, garantindo-nos o crédito stand by solicitado. Tais recursos já nos permitem honrar confortavelmente nossos compromissos com o FMI, ao qual devemos pagar anualmente US\$ 600 milhões. Um acordo com o Clube de Paris, uma vez obtido o aval do FMI, terá caráter qua-

se automático e, na medida em que os bancos aceitem o princípio da securitização, seria mais fácil estendê-lo à dívida que temos com os organismos oficiais de crédito. Logo poderemos contar com ajuda substancial do Banco Mundial, já bem encaminhada. Paralelamente, poderemos ter acesso aos créditos substanciais que nos oferece o governo japonês. Finalmente, poderemos ter a certeza de que os investimentos diretos estrangeiros logo retomariam o fluxo interrompido desde que adotamos posição de maus pagadores.

Mas não podemos deixar de assinalar a situação em que poderemos nos encontrar caso escolhamos a não renegociação. Estamos, na realidade, em posição muito fraca diante da comunidade internacional. Os bancos que fora dos Estados Unidos já efetuaram provisões, pensando na dívida do Brasil, poderão perfeitamente suportar o não pagamento dos nossos juros atrasados, mas, no mesmo momento, suspenderão todas as linhas de crédito que já nos ofereceram, sabendo que logo não estaremos em condições de honrar os compromissos, mesmo os de curto prazo. Isso significa que, relativamente ao comércio internacional, entraremos num regime de caixa, isto é, teremos de exportar sem oferecer créditos, o que, num mundo que passa a entrar num período de recessão, nos colocará em situação de inferioridade em relação aos nossos concorrentes. Nossas importações, entre elas as de petróleo, terão de ser pagas antecipadamente, sem que se fale da ameaça de arresto dos bens do Brasil, conforme acaba de ocorrer no caso dos navios do Lloyd. Nos próximos três anos teremos de pagar às instituições oficiais de crédito (nacionais ou internacionais) entre US\$ 5 bilhões e US\$ 6 bilhões anualmente. Pode-se perguntar: com que recursos?

Em nossa edição de domingo, o senador Roberto Campos mostrou claramente em que companhia nos iríamos colocar no plano internacional. Não é certamente uma situação que corresponda aos desejos do presidente Fernando Collor, que tanto insiste na necessidade de o Brasil passar a integrar o Primeiro Mundo. Somente podemos desejar que o bom senso predomine. É o futuro do Brasil como Nação que está em jogo.